A FORMAÇÃO DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

THE FORMATION OF BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVES OF CAIO PRADO JR. AND SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Carlos Alberto Vieira Borba[1]

Resumo

Durante a primeira metade do século XX no Brasil vários estudiosos dedicaram-se a pesquisas que tinham como objetivo elaborar uma história sobre o surgimento do Brasil, buscando nesse processo os alicerces para compreender a realidade do país naquele momento. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo discutir as perspectivas sobre a formação do Brasil partindo de duas abordagens teóricas distintas, de um lado Caio Prado Júnior que analisa o Brasil sobre a ótica materialista da história priorizando a estrutura econômica para explicar a realidade do país e Sérgio Buarque de Holanda que parte da ideia que, a mentalidade lusitana não foi capaz de formar uma civilização moderna no Brasil.

Palavras-chave: Formação do Brasil, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract

During the first half of the twentieth century in Brazil, many scholars have devoted themselves to research that was aimed at preparing a story about

1 Professor de do ensino fundamental e médio da escola Escola Maria Montessori e da Faculdade Central de Cristalina e aluno do mestrado em história social pela Universidade Federal de Uberlândia.

the emergence of Brazil, seeking in that case the foundations for understanding the reality of the country at that time. Therefore, this article aims to discuss the prospects for the formation of Brazil using two different theoretical approaches on the one hand Caio Prado Júnior Brazil that analyzes the materialistic viewpoint on history prioritizing the economic structure to explain the reality of the country and Sérgio Buarque de Holanda who stars from the idea that the mentality Lusitana was not able form a modern civilization in Brazil.
Key-Word: Formation of Brazil, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda.

Durante a primeira metade do século XX no Brasil, muitos historiadores, cientistas sociais, filósofos e pesquisadores dedicaram-se a estudos e pesquisas que tinham como objetivo compreender e interpretar a formação do Brasil. Assim foram produzidos vários trabalhos sobre o tema em questão, e dos quais emergiram algumas perspectivas e interpretações diferentes desse processo histórico. O objetivo deste texto é demonstrar ao leitor algumas dessas perspectivas, e para realizar o objetivo almejado irei pautar nos respectivos autores: Caio Prado Júnior em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* e Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil.*

Este artigo será constituído de três momentos, quais sejam: num primeiro momento apresentarei o contexto histórico em que foram produzidas estas obras, pois o historiador deve compreender o indivíduo e sua produção do saber, no seu tempo, para que não cometa o erro de diminuir ou desconsiderar certos trabalhos, tendo em vista a produção historiográfica atual. Depois farei a análise destas apresentando a perspectiva de cada autor, e por último destacarei as semelhanças e diferenças dessas leituras sobre a formação do Brasil. Passemos ao primeiro momento.

Contexto Histórico das obras em análise

Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior escreveram seus livros nas respectivas datas 1936 e 1942, momento em que havia uma grande preocupação em construir uma história da nação brasileira. E neste momento não havia a acessibilidade a documentos, a tecnologia, e a produção historiográfica que temos hoje. O que torna ainda mais difícil uma pesquisa que almeja elaborar uma história de cerca de quatro séculos e meio de um país.

Além desta questão, há outro ponto que devemos nos ater. Vejamos.

> A partir da Revolução de 30, a historiografia assume uma diferente maneira de pensar o Brasil. Em 1933, são publicados dois livros que irão marcar gerações intelectuais posteriores, Casa Grande & Senzala; de Gilberto Freyre, e Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior. Essas obras, juntamente com Raízes do Brasil, publicadas em 1936 por Sérgio Buarque de Holanda, representam uma perspectiva oposta aos escritos dos pensadores da República Velha (CF. Nosso Século, v. 3, 1980: 160)

Em que consiste essa perspectiva dos pensadores da República Velha? Enfatizar os heróis individuais, privilegiando principalmente os personagens históricos que pertenciam às classes dominantes ligados ao Estado, bem como perpetuar a visão de superioridade do homem europeu. Estes autores que escreveram após 1930, foram responsáveis por estabelecer uma nova metodologia referente às análises sobre o Brasil.

De acordo com Vera Borges de Sá (1998), para entender a produção intelectual no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, deve-se levar em consideração os temas nacionalistas que vão dominando a literatura nacional, procurando perceber a identidade dos personagens históricos que vivem à margem do poder político e econômico

do Brasil, como os índios e os negros. Segundo esta autora, em consequência do modernismo, principalmente, procura-se criar uma arte e uma produção historiográfica que enfatiza o regionalismo e a crítica social. E a sociologia e a antropologia vão ter uma influência considerável no afã de desvendar as massas anônimas de raças formadoras de nacionalidade passando a percebê-las como elementos de um projeto de civilização do Brasil (SÁ, 1998, p. 21).

Outro ponto que deve ser mencionado é a considerável influência que a realidade política e social do Brasil exerceu naquele momento, nas análises de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, pois como nos mostra Adam Schaff em seu livro *História e Verdade*: "o historiador é um homem como qualquer outro e não pode liberta-se das suas características humanas (...) possui uma personalidade socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio (...)".

Nesse momento havia uma grande preocupação por parte do governo brasileiro de desenvolver o país. Isto acontece porque desde a crise de 1929 os setores políticos brasileiros perceberam a fragilidade da nação por ter-se sustentando em um processo de desenvolvimento amparado no mercado externo conhecido como modelo "agrário exportador". Todavia a solução para a fragilidade da economia brasileira seria o desenvolvimento da indústria nacional, mas para alcançar tal objetivo era necessário a realização da reforma agrária que, segundo Fernando Santana, deputado petebista durante o governo de Juscelino Kubitschek, "(...) não era uma exigência revolucionária, mas antes uma medida de assistência à indústria" (MOREIRA, p. 168).

Com efeito, é criado em esfera nacional pelo presidente Getúlio Vargas "a marcha para o oeste", que visava integrar o interior do território brasileiro ao litoral, onde havia um desenvolvimento capitalista maior. Procurava-se com esta política desenvolvimentista, dinamizar

a economia brasileira acabando com as grandes propriedades de terra, enfatizando a importância do minifúndio como forma de atender à indústria brasileira. Porém, este projeto não alcançou as expectativas esperadas, prevalecendo ainda no Brasil às grandes propriedades de terra e uma sociedade predominantemente rural.

É diante desse cenário político e social que Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior irão desenvolver seus estudos sobre a formação do Brasil. Por isso, o leitor deve ficar atento para alguns problemas levantados por estes, procurando compreender seus pensamentos no tempo em que desenvolveram suas pesquisas.

Perspectivas sobre a formação do Brasil

Para compreender a formação do Brasil segundo PRADO JR (1963), é necessário antes de tudo retornar à colonização. Isto porque se observarmos o Brasil nos dias de hoje, veremos resquícios de um passado colonial que nos cerca por todos os lados, como por exemplo, o trabalho livre, os processos rudimentares empregados na agricultura, a subordinação da economia ao mercado internacional, além da comunicação interna. Problemas esses que ainda permanecem e refletem no país (PRADO JR, 1963, pp. 6 - 9).

Para Caio Prado Júnior, deve-se ter cuidado ao analisar a colonização do Brasil para não cometer os mesmos erros, tão caros a alguns historiadores, qual seja: analisar a colonização como um acontecimento isolado, fatal e necessário, fruto basicamente do descobrimento. Devemos nos ater segundo este autor, para entender a colonização do Brasil, à expansão marítima dos países da Europa depois do século XV (PRADO JR, 1963, p. 15).

Mas por que entender a expansão marítima dos países da Europa depois do século XV é importante? Porque toda a colonização dos trópicos, na qual o Brasil está incluído, é destinada a atender o comércio europeu. Dessa forma, o sentido da colonização brasileira é de fornecer

gêneros tropicais e minerais de grande importância para Portugal, para que estes produtos pudessem ser comercializados no mercado europeu. De acordo com Prado Jr:

> (...) Se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu (...) É com tal objetivo, objetivo exterior que não fôssem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JR, 26).

Dessa forma, é marcante na colonização do Brasil o interesse de Portugal em apensas explorar as riquezas desse território, o que explica a falta de interesse dos lusitanos em povoar sua colônia no "novo mundo". Segundo Caio Prado Júnior:

> (...) A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América, é inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. (...) Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinaram-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura (PRADO JR, 1963, pp. 18 – 19).

Com efeito, todas as atividades de exploração desenvolvidas no Brasil foram resultantes das conveniências da produção e do mercado europeu, ou seja, tudo o que se produzia

aqui era destinado ao consumo externo. Todavia o fato da agricultura ser uma das principais atividades na vida econômica do Brasil, não se deve ao fato deste ser uma nação tipicamente agrícola e sim, para suprir as necessidades e carências de alguns gêneros agrícolas que não podiam ser cultivados na Europa. Em suma, para Caio Prado Júnior foi o comércio europeu, que ditou as cartas da exploração das atividades econômicas nos trópicos (PRADO JR, 1963, p. 113 – 114).

De acordo com Caio Prado Júnior é certo que a agricultura foi, durante a colonização brasileira, a principal atividade econômica. E esta atividade era assentada em três elementos que constituíam a organização agrária do Brasil, quais sejam: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo (PRADO JR, 1963, p. 117).

Assim Prado Jr (1963) coloca a agricultura como o primeiro setor das grandes atividades fundamentais da economia brasileira na época de sua colonização, acompanhado em segundo lugar da mineração, que teve uma vida curta no Brasil. E o terceiro setor é o extrativo, que devido à exploração primitiva e rudimentar representa um primeiro esboço de organização econômica que não será ultrapassada até o fim da era colonial (PRADO JR, 1963, pp. 113 – 118). Vale destacar que nesses três setores, as técnicas de exploração eram rudimentares, todavia o setor extrativo não teve a mesma importância das demais atividades econômicas no Brasil colonial.

Caio Prado Júnior sublinha que, além dessas atividades fundamentais (agricultura, mineração, extrativismo) havia as atividades secundárias, como a pecuária, por exemplo. Para ele "(...) não podemos colocar essas atividades num mesmo plano, pois pertence à categoria de segunda ordem. Trata-se apenas de atividades subsidiárias, destinadas a amparar e tornar possível a realização da primeira. (...) Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios (PRADO JR, 1963, p. 118)".

Enfim, todas as atividades desenvolvidas no Brasil, que não eram de interesse da metrópole, eram gêneros necessários para a subsistência da população aqui estabelecida, e que não eram viáveis produzir no território nacional. Com exceção desse motivo, todas as outras atividades que não interessavam a Portugal, eram violentamente reprimidas pela metrópole como era o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal e de tantos outros casos conhecidos (PRADO JR, 1963, pp. 120-121).

A administração colonial portuguesa no Brasil é para Caio Prado Júnior marcado por sua desorganização e desleixo. Um dos motivos que explicam essa ponderação é que o império lusitano só queria extrair as riquezas do território brasileiro para atender suas necessidades econômicas. Haja vista que, o colono europeu que vinha para o Brasil não vinha em procura de trabalho e de povoar este território. A intenção dele era ser explorador, empresário de um grande negócio, a exploração agrária ou mineração. E quando este era de classes mais humildes e não tinha condição de tornar-se proprietário ou fazendeiro, procurava as ocupações comerciais.

Sobre a administração colonial Caio Prado Júnior acrescenta que:

> (...) a administração colonial nada ou muito pouco apresenta daquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas. Isto é, funções bem discriminadas, competências bem definidas, disposição ordenada, segundo um princípio uniforme de hierarquia e simetria, dos diferentes órgãos administrativos. (...) Com resultado, as leis não só eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como frequentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, caso fosse necessário um ou outro motivo que justificava para a desobediência (PRADO JR, 1963, pp. 297 – 299).

Para o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo,* a administração na colônia será uma símile da administração na metrópole. E somente na administração do Marquês de Pombal é que este ambicionou criar na colônia algumas formas novas de administração se comparadas com o Reino. Contudo, fracassou na maior parte dos casos devido à burocracia portuguesa. Para este autor "o trabalho escravo era o único setor organizado da sociedade colonial do Brasil" (PRADO JR, 1963, p. 343).

Em consequência desse modelo de administração e pela ambição do lucro a qualquer custo, o povoamento do território nacional vai ser instável e incoerente, sendo predominante no litoral, onde concentravam-se as atividades agrícolas. Somente depois da atuação das bandeiras e da descoberta de minas de ouro na primeira metade do século XVIII, nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás é que o interior do Brasil passou a ser ocupado e povoado. Evento breve, visto que, no final do mesmo século as minas já estavam em franca decadência, e assim novamente o litoral volta a ser o centro do povoamento e a agricultura retorna como principal atividade econômica do Brasil (PRADO JR, 1963, pp.33 - 34)

O povoamento no Brasil é de uma intensa mobilidade e o litoral é onde se encontra um povoamento e uma ocupação do território brasileiro mais efetivo, e é por onde começa o desenvolvimento da nação brasileira. Quando falo de desenvolvimento, refiro-me ao conceito de desenvolvimento dos países europeus, criação de cidades, estradas, produtos manufaturados, enfim, um modelo de desenvolvimento pautado na ideia de progresso desses países.

Para Caio Prado Júnior

> (...) a colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração nacional e coerente dos recursos do

> território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos (PRADO JR, 1963, p. 67).

Segundo Prado Júnior (1963), ao investigar sobre o povoamento e a formação do Brasil não podemos deixar de mencionar a participação dos negros e dos índios, que incorporados nesse processo foram de fundamental importância para o povoamento e a ocupação de nosso território. O que explica a incorporação dessas raças consideradas pelos europeus como "inferiores", no processo de colonização do Brasil, é a falta de homens (europeus) para conduzir a ocupação da colônia portuguesa na América. Este seria um fator que distinguiria a colonização brasileira da colonização dos Estados Unidos e do Canadá, onde procuraram, desde o início, excluir o indígena do processo de povoamento (PRADO JR, 1963, pp. 79 – 85). Segundo Prado Jr (1963, p. 102) "A mestiçagem dessas três etnias será o signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resultado da capacidade do português em cruzar com outras raças". Aqui é visível a influência de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre na elaboração de *Formação do Brasil Contemporâneo.*

Desta forma, a ideia sustentada por Caio Prado Júnior, em seu livro intitulado *Formação do Brasil Contemporâneo,* é que o "descobrimento" do Brasil foi fruto da expansão marítima na Europa e que a exploração de nosso território foi em consequência das necessidades do império português. Na obra citada, Prado Jr. (1963) analisa apenas os três primeiros séculos, ou seja, apenas o período colonial. Porque para este autor "(...) o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa), à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio (PRADO JR, 1963, p. 119)."

Caio Prado Júnior define então que: "O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a êste e no atual (PRADO JR, 1963, p. 6)". Essas transformações constituem tanto por fatores internos como por fatores externos ao povo brasileiro. Entre estes fatores podemos destacar as transformações do sistema colonial e o esgotamento das possibilidades da obra de colonização dos portugueses em dirigir o Brasil
(PRADO JR, 1963, p. 6).

Já Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil,* diferencia-se em alguns pontos, do pensamento de Caio Prado Júnior. Segundo Jacques Leenhardt em seu artigo *Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda: Algumas questões sobre a origem da colonização portuguesa:*

> Holanda baseia sua obra, sobre a forte hipótese de que: os portugueses eram os mais bem preparados para efetuar as conquistas dos trópicos em benefício da civilização, do que eles tinham consciência. Nisto residia sua missão histórica essencial, da qual eles eram os portadores naturais (LEENHARDT, Jacques, p.1).

Mas mesmo Sérgio Buarque aceitando a necessidade natural dessa conquista e insistindo na ideia de que ela tenha sido realizada independente de seus atores, para ele, a colonização portuguesa se fez através de muitas e sérias falhas. Contudo, o autor de *Raízes do Brasil* não lamenta como muitos historiadores, o fato do insucesso dos holandeses no processo de colonização do Brasil; eles defendem a seguinte hipótese: a falência dos holandeses no Brasil impediu que este fosse conduzido a um destino mais glorioso (LEENHARDT, 2002, p. 1).

Toda esta hipótese sustentada por Sérgio

Buarque de Holanda é com base nos seguintes argumentos: no momento da conquista do "novo mundo" há dois tipos ideais de colonizadores, o aventureiro dos países ibéricos e o trabalhador dos países nórdicos.

O aventureiro é o tipo humano que ignora as fronteiras, que não desiste diante das dificuldades, que sabe transformar os obstáculos em trampolim para alcançar suas ambições. Este é movido pela sede de rápidos proveitos materiais, de riqueza fácil, tem como qualidades a audácia, instabilidade, irresponsabilidade, vagabundagem. O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer do que o triunfo a alcançar, que vê no seu esforço lento, pouco compensador e persistente as bases de um vida sólida. Enfim, seu campo visual é restrito (HOLANDA, 1963, pp. 18-19).

Em relação à conquista do "novo mundo" prevaleceu o espírito aventureiro, sendo que coube ao trabalhador um papel bastante limitado, quase nulo nesse processo. A ideia lançada por Sérgio Buarque de Holanda é de que o português estava mais preparado para conquista dos novos mundos, como também ao tempo já que: "a época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos" (HOLANDA, 1963, p. 20). Dessa forma, o autor ampara-se na ideia de uma adequação mais natural do que histórica do aventureiro ibérico.

Contudo, Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção do leitor ao destacar que existe uma ética do trabalho e da aventura, assim como esses dois tipos de colonizadores não existem fora do mundo das mentalidades:

> Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade,

> vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, características desse tipo. (...) Ambos participam em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador, possuem existência real fora do mundo das idéias (HOLANDA, 1963, pp. 19-20).

Vale destacar que quando SBH faz essa distinção entre aventureiro (ibérico) trabalhador (nórdico), ele parece cada vez mais frisar no contraponto entre Portugal e Holanda. E assim, o que ele chama de norte parecesse muitas vezes, designar Países Baixos (LEENHARDT, 2002, p.1).

Esta prevalência do homem tipo aventureiro no Brasil, explica, segundo Sérgio Buarque de Holanda como foi conduzida e direcionada a exploração do Brasil pelos portugueses, a ânsia de prosperidade sem custos, a cobiça por títulos honoríficos de posições e a sede de riquezas fáceis, marcam o espírito aventureiro da gente de nossa terra (HOLANDA, 1963, p. 22).

Por isso prevaleceu os "métodos maus", ou seja, as técnicas rudimentares empregadas na agricultura do país, pois, os portugueses queriam extrair do solo, excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Sérgio Buarque de Holanda opõe-se a ideia de que o país seja uma nação tipicamente agrícola. Para este autor, não foi por ser uma nação tipicamente agrícola que os portugueses instauraram a lavoura canavieira, até porque isto não justificaria o gênio aventureiro que trouxe os portugueses à América. A agricultura foi em grande escala introduzida no Brasil pela deficiência e carência deste tipo de produção no Reino (HOLANDA, 1963, p. 26).

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda desenvolve todo o seu raciocínio sobre a formação do Brasil, com base nessa ideia de que perpetuou no país o homem do tipo aventureiro. O que explica, para o autor que a exploração

do território brasileiro não se processou por um empreendimento racional e metódico, veja:

> (...) Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: - por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados (HOLANDA, 1963, p. 86).

Sobre esta questão, Sérgio Buarque de Holanda elenca que o trabalho de colonização espanhola na América se distingue da lusitana, porque os primeiros, além do objetivo primordial que era explorar esses territórios tinham também o intuito de fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. Enquanto que os portugueses se preocupavam exclusivamente pela exploração comercial. Por isso os espanhóis, logo nas primeiras décadas de colonização na América, já criaram várias cidades e universidades. As cidades criadas por eles tinham todo um planejamento, e inclusive eram fundadas em locais onde havia uma semelhança com o clima de origem do espanhol. Estes diferentes tipos de colonização irão marcar as particularidades da colonização espanhola e portuguesa. A colonização portuguesa foi predominantemente litorânea e tropical ao passo que a espanhola foi nas terras do interior e nos planaltos (HOLANDA, 1963, pp. 85-91).

Contudo, os lusitanos teriam sido melhor semeadores do que ladrilhadores, já que, suas colônias não eram planejadas e eram de certa forma, orgânica. Diferente do projeto ladrilhador da América Espanhola, onde se tratava de transpor a cultura da metrópole para a colônia, os portugueses ao contrário, deixaram recriar sua cultura, tecnologia, arquitetura e urbanismo, adaptando-os com improviso e com a mistura com as culturas nativas e africanas, à realidade da nova terra.

Além destas questões, Holanda (1963) aponta que, até a abolição da escravidão em 1888, o Brasil caracterizava-se por ser um país de raízes rurais, e é em consequência, principalmente, do fim da escravidão, que se inicia a liquidação da nossa herança rural e colonial (HOLANDA, 1963, p. 59). Sobre esta questão Sérgio Buarque acrescenta:

> Tôda estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (...) Na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral toda as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio. (...) Mesmo depois de inaugurado o regime republicano nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como o que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos de 51 a 55 (HOLANDA, 1963, pp. 57 – 58).

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda acredita que, desde os tempos remotos imperou no Brasil, o tipo primitivo de família patriarcal, fruto de nossa herança colonial. E isto explica as relações sociais e políticas no Brasil, pois segundo este autor "a família patriarcal fornece assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos."

(HOLANDA, 1963, p. 74). Com efeito, este tipo de relação reflete no funcionalismo do Estado, à medida que os detentores do poder político não compreendem a distinção entre o círculo familiar e o Estado, entre o público e o privado. Então o que marca a vida política, social e econômica do Brasil no século XIX, e que para Holanda (1963) foi nocivo ao nosso país, é o paternalismo.

E o homem cordial vai ser fruto desse paternalismo marcante na sociedade brasileira. Sobre esta questão é pertinente prestar alguns esclarecimentos. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a cordialidade não compreende necessariamente sentimentos positivos e de concordância. A expressão cordial, utilizada por Holanda (1963) é no sentido de sentimento que procede da esfera íntima do indivíduo, assim, a inimizade pode ser tão cordial quanto a amizade (HOLANDA, 1963, p. 136 – 137). E mais, a hospitalidade e generosidade, elementos que definem o caráter do brasileiro, são elementos típicos do convívio do homem rural.

Assim, Sérgio Buarque de Holanda defende a ideia de que a colonização no Brasil teve como caráter primordial a exploração e a busca de riquezas a qualquer custo, em consequência do espírito aventureiro que predominou em nossa colonização. E ao falar que esses tipos de colonizadores (aventureiro e trabalhador) não existem na realidade, Sérgio Buarque faz uma análise da colonização brasileira, partindo principalmente das mentalidades.

E pondera que o Brasil é marcado pelo paternalismo e por ser um país de bases rurais, realidade que só começa a mudar a partir da abolição da escravidão em 1888.

Conclusão

Através da análise das obras de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda pode-se notar certa semelhança nas perspectivas defendidas por esses autores, como por exemplo, ao caráter explorador do lusitano, visando apenas

obter retornos financeiros rápidos do território brasileiro. Além do que, os dois autores chamam a atenção para as mudanças pelas quais o Brasil começa passar no século XIX, bem como ao forte cunho colonial, presentes nas relações sociais no Brasil no tempo em que escreveram, e ambos rejeitam a ideia de que o Brasil fosse um país tipicamente agrícola.

Porém, os dois autores partem de métodos diferentes para realizar seus estudos sobre a formação do Brasil. De acordo com Vera Borges de Sá (1998, p. 21):

> Caio Prado Júnior (...) vai procurar as origens históricas de sua nação para compreender a evolução política e econômica do Brasil, em moldes de tradição marxista, em que o Estado e as classes sociais ganham dimensão na abordagem, perspectiva historiográfica, até então, inexistente.

Mais à frente, em seu artigo, de Sá acrescenta que:

> Há de se verificar que Caio Prado Júnior assume uma análise marxista no teor de sua obra referida. Existe uma teoria materialista da história, presente em seu trabalho. Baseando-se no escrito de Marx e Engels, intitulado Ideologia Alemã, Bertrand Russel afirma que a teoria materialista se inicia exatamente com o processo de produção de uma época e considera com base da história a forma de vida econômica relacionada com essa forma de produção e por ela gerada. Mostra a sociedade civil nos seus vários estágios e na sua ação com o Estado. Além disso, a partir da base econômica, a teoria marxista explica ainda assuntos como a religião, a filosofia e a moral, e a razão do curso que seguiu sua evolução. Em Caio Prado Júnior, podemos notar esse método

> e também um refinamento da interpretação embasada no materialismo histórico (SÁ, 1998, p. 32).

Nota-se na abordagem de Caio Prado Júnior, sobre a formação do Brasil, a influência da visão economicista que predominava na historiografia marxista na primeira metade do século XX, onde o econômico determinava em última instância os elementos da superestrutura.

Sérgio Buarque de Holanda parte de outro método, influenciado principalmente por suas leituras na Alemanha, país que viveu de 1929 a 1932. Para Ronaldo Vainfas (1997), Sérgio Buarque de Holanda foi um dos precursores da história das mentalidades e da história cultural no Brasil, ao introduzir na análise sobre a formação do país, o pensamento de Max Weber e ter como foco dois tipos de colonizadores que existem apenas no mundo das ideias.

Leenhardt aponta, além da influência de Max Weber na abordagem histórica de Sérgio Buarque, a importância de outros pensadores. Vejamos.

> Quando SBH fala da existência de uma ética de aventureiro, tal como se fala, habitualmente, de uma ética do trabalho, quando designa o aventureiro e o trabalhador como *tipos sócio-psicológicos*, construções intelectuais que não são encontradas na realidade histórica, mas que ajudam a pensar, imagina-se, imediatamente, que ele se inspira na obra de Max Weber e em sua metodologia do *tipo ideal,* desenvolvida na obra *A Ética protestante e o Espírito do capitalismo.*
> Todas estas considerações, como sublinha Sandra Jatahy Pesavento, reenviam, com efeito, às leituras que fez SBH na Alemanha alguns anos antes de publicar *Raízes do Brasil*. (...) O que surpreende, desde logo, é que a referência teórica e bibliográfica que surge da escrita

> do autor sobre esta questão seja a do sociólogo italiano Vilfredo Pareto e não a de Max Weber. De Pareto, SBH cita a oposição entre o *rentista* e o *especulador*, sublinhando a analogia que ela mantém com aquela que ele mesmo desenvolve sobre o *aventureiro* e o *trabalhador* (LEENHARDT, 2002, pp. 1-2).

Enfim, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque, mesmo partilhando de ideias comuns nas suas perspectivas sobre a formação do Brasil, chegam até essas análises partindo de métodos diferentes, como nos mostra Vera Borges de Sá (1998):

> Às vezes, sua análise (Caio Prado Júnior) chega a ter semelhança com a de Sérgio Buarque de Holanda (...). Outras vezes, chega a compartilhar com as opiniões de Gilberto Freyre, especialmente sobre a organização social do Brasil – colônia. Mas, é Caio Prado um autor plenamente original em sua abordagem materialista da história do Brasil, diferentes dos demais de sua geração (...). Ele não percebe o problema cultura como determinante das dificuldades do Brasil. Ressaltando-se que, enquanto Gilberto Freyre é saudosista dos momentos senhorias (portugueses) do Brasil – colônia, Sérgio Buarque de Holanda é aquele que acusa a mentalidade lusitana de ter sido incapaz de produzir uma civilização moderna no Brasil (SÁ, 1998, p. 32).

Em suma, os dois autores são de grande importância para os estudos sobre o Brasil, contribuindo consideravelmente para a historiografia sobre o tema e se tornando estudos obrigatórios para quem se dedica a este assunto.

Referências Bibliográficas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* Brasília: Ed. UNB, 1963.

LEENHARDT, Jacques. *Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*: Algumas questões sobre a origem da colonização portuguesa no Brasil. Campinas, 2002. Disponível em: http://www.unicamp.br/siarq/sbh/Raizes_do_Brasil_Jacques.pdf

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: Industrialização e Modelo Oligárquico. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge(org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 160-275.
NOSS, SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980: Memória e Fotografia do século 20: 1930/1945.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SÁ, Vera Borges de. A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO POR CAIO PRADO JÚNIOR: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira. *SYMPOSIUM,* Pernambuco, v. 2, nº 2, p. 19 – 34, dez. 1998.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade***.** São Paulo, Martins Fontes, 1995, 317 p.
VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.